**Marcado por inovações, Congresso do IGT tem recorde de público**

Realizado em Goiânia de 5 a 7 de junho, o 25 Congresso Goiano de Direito e Processo do Trabalho foi marcado por inovações e teve recorde de público, com 847 participantes. Com o tema Futuro do Trabalho e Novas Tecnologias, o evento reuniu em Goiânia alguns dos principais estudiosos do Direito do Trabalho do Brasil e do mundo em uma discussão que teve como norte as novas formas de trabalho e as relações com as modernas tecnologias, assunto longe de se esgotar, como demonstraram os painéis, palestras e discussões. Pela primeira vez, o Congresso do IGT teve a premiação de artigo científico. O evento também foi marcado pelo lançamento do Mestrado em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios, direcionado aos filiados ao IGT – Instituto Goiano de Direito do Trabalho.

O recorde de público desta edição do Congresso do IGT, aliás, é maior do que a marca histórica alcançada apenas com o número de inscrições. Isso porque também foi lançado, ainda sujeito a ajustes, o canal do IGT no Youtube, o que possibilitou que muitas pessoas assistissem às palestras e discussões por meio desse canal, em tempo real ou não. “Foi o congresso mais bonito e bem organizado que realizamos, o que não poderia deixar de ser, já que comemoramos uma marca, de 25 anos do evento”, observou a presidente do IGT, a advogada trabalhista Carla Zannini. O congresso foi realizado no auditório do complexo trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-18), que ainda está em fase final de conclusão das obras e recebeu seu segundo evento.

**Revolução industrial**

Para Carla Zannini, os três dias de evento foram fundamentais para discutir temas atuais, marcados pelos impactos da chamada quarta revolução industrial, sob efeito da automatização de várias funções, pelo avanço de tecnologias que trazem profunda mudança no mundo do trabalho, como a inteligência artificial, e pela predominância da prestação de serviços. O que se tem visto, no entanto, é que esse conjunto de fatores tem avançado junto com uma inobservância ou precarização dos instrumentos de garantia de condições mínimas aos trabalhadores, devido à crise social, econômica, fiscal e política agravada em países como o Brasil.

Na conferência magna que abriu o congresso, a ex-ministra do Emprego, Igualdade e Juventude do Governo de Castilla-La Mancha e membro consultiva do Gabinete do Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais da Espanha, a advogada espanhola Maria Luz Rodrigues Fernándes defendeu a criação de um programa de renda mínima para amparar os trabalhadores que estão ficando desempregados em razão do aumento do uso de tecnologia, como inteligência artificial, e inovação. Ela alertou que esse é um fenômeno que tem sido verificado em vários países e chamou a atenção para a necessidade de criação de mecanismos para enfrentá-lo. O tema voltou às conferências e debates.

Em um discurso, a presidente do IGT, Carla Zannini, ressaltou a importância do Instituto como entidade onde se produz conhecimento científico. “O IGT não é e nunca será usado para política”, ressaltou Carla Zannini, ao falar das dificuldades para a realização do congresso deste ano. “Organizar um evento desta monta envolve muito recurso, e muitas portas foram fechadas. O IGT não é moeda de troca, não está à venda para uma entidade achar que pode financiar o evento e, em troca, escolher os palestrantes. Como presidente, eu jamais aceitaria”, afirmou.